



A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO PARA A GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO AGROPECUÁRIAS

Accounting as a Strategic Instrument for the Financial Risk Management in Agricultural
Credit Cooperatives

Larissa Martins de Andrade¹

Graduando em Ciências Contábeis pela UniEVANGÉLICA - GO.

José Fernando Muniz Barbosa

Orientador (a) do Trabalho de Conclusão de Curso –GO

¹ Larissa Martins de Andrade- Bacharelando no curso de Ciências Contábeis pela Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) – Brasil - E-mail: larissamartins_26@icloud.com

² José Fernando Muniz Barbosa – Professor do curso de Ciências Contábeis da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) – Brasil - E-mail: fernandomuniz@hotmail.com



RESUMO

O presente artigo discute a importância da contabilidade como ferramenta estratégica para a gestão de riscos financeiros em cooperativas de crédito agropecuárias. Seu objetivo geral é analisar de que forma a Contabilidade atua como instrumento estratégico na identificação, avaliação e gestão dos riscos financeiros em Cooperativas de Crédito Agropecuárias. A problemática que orienta o estudo consiste em responder à seguinte questão: Como a Contabilidade atua como instrumento estratégico na gestão de riscos financeiros em Cooperativas de Crédito Agropecuárias? Para alcançar esse propósito, adotou-se uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, baseada em referenciais teóricos e estudos especializados sobre cooperativismo, contabilidade e gestão de riscos. As análises evidenciaram que a contabilidade oferece suporte essencial ao monitoramento dos indicadores financeiros, permitindo antecipar vulnerabilidades associadas a inadimplência, liquidez, variações de mercado, falhas operacionais e impactos climáticos. Constatou-se também que a qualidade das informações contábeis e o uso regular de indicadores fortalecem a tomada de decisão e contribuem para a estabilidade das cooperativas. Conclui-se que a contabilidade desempenha papel decisivo na construção de um ambiente financeiro mais seguro e eficiente, sendo fundamental para a sustentabilidade e para o aprimoramento da gestão de riscos nessas organizações.

Palavras-chave: Contabilidade; Cooperativas de crédito; Gestão de riscos financeiros; Sustentabilidade financeira.

ABSTRACT

The present article discusses the importance of accounting as a strategic tool for financial risk management in agricultural credit cooperatives. Its general objective is to analyze how Accounting functions as a strategic instrument in the identification, assessment, and management of financial risks in Agricultural Credit Cooperatives. The guiding question of the study seeks to answer: How does Accounting act as a strategic instrument in the financial risk management of Agricultural Credit Cooperatives? To achieve this purpose, a qualitative bibliographic research was conducted, based on theoretical frameworks and specialized studies on cooperativism, accounting, and risk management. The analyses showed that accounting provides essential support for monitoring financial indicators, allowing the anticipation of vulnerabilities associated with delinquency, liquidity, market fluctuations, operational failures, and climate impacts. It was also found that the quality of accounting information and the regular use of indicators strengthen decision-making and contribute to the stability of cooperatives. It is concluded that accounting plays a decisive role in building a safer and more efficient financial environment, being fundamental for sustainability and for improving risk management within these organizations.

Key words: Accounting; Credit cooperatives; Financial risk management; Financial sustainability.



1 INTRODUÇÃO

As Cooperativas de Crédito voltadas ao setor agropecuário desempenham um papel fundamental no fortalecimento das atividades rurais no Brasil, especialmente ao facilitar o acesso ao crédito por pequenos e médios produtores. Essas instituições contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico, proporcionando maior sustentabilidade financeira e gestão eficiente dos recursos (Silva, Souza, Pereira 2023). Além disso, o cooperativismo e associativismo demonstram impacto positivo na produção agropecuária familiar, promovendo inclusão e fortalecimento da economia local (Ramos, 2021). No entanto, as cooperativas enfrentam desafios relacionados à gestão de riscos financeiros, como risco de crédito e eficiência técnica, uma vez que operam em um ambiente marcado por volatilidade nos preços, sazonalidade da produção e instabilidades do mercado (Pontali, 2023).

Diante desse cenário, a contabilidade assume um papel estratégico nas cooperativas de crédito agropecuárias, atuando não apenas como instrumento de registro e controle das operações financeiras, mas, sobretudo, como fonte de informações relevantes para a identificação, análise e mitigação de riscos (Marion, 2012). A adoção de práticas contábeis eficazes permite o monitoramento contínuo da situação patrimonial, a projeção de cenários e a definição de estratégias preventivas, ampliando a capacidade de resposta das cooperativas frente a eventos adversos (Assaf Neto, 2019).

Entre os principais riscos enfrentados por essas instituições, destacam-se a inadimplência dos associados, a variação nas taxas de juros, flutuações cambiais e os impactos decorrentes de eventos climáticos extremos (Brito; Sousa, 2022). Nesse contexto, a utilização de informações contábeis confiáveis e tempestivas torna-se imprescindível para a tomada de decisões gerenciais mais assertivas, contribuindo diretamente para a sustentabilidade financeira das cooperativas e a segurança de seus associados (Padoveze, 2014).

Diante do cenário o principal problema a ser abordado neste Artigo é: **Como a Contabilidade atua como instrumento estratégico na gestão de riscos financeiros em Cooperativas de Crédito Agropecuárias?**

O objetivo geral deste artigo é analisar de que forma a Contabilidade atua como instrumento estratégico na identificação, avaliação e gestão dos riscos financeiros em Cooperativas de Crédito Agropecuárias.



Dessa forma, este estudo justifica-se pela crescente necessidade de aprimorar os mecanismos de gestão de riscos financeiros nas cooperativas de crédito do setor agropecuário, especialmente em um contexto de incertezas econômicas e climáticas.

A metodologia adotada neste artigo foi a pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, fundamentada na análise de livros, artigos científicos e publicações especializadas que abordam o tema em questão. Essa abordagem possibilitou compreender o fenômeno estudado a partir de referenciais teóricos, buscando interpretar e discutir as informações disponíveis de maneira crítica e contextualizada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Riscos Financeiros

Assaf Neto (2010), explica que os riscos financeiros estão diretamente relacionados às incertezas quanto ao retorno dos investimentos, às variações de preços e às oscilações de taxas. Esses fatores, quando não administrados adequadamente, podem resultar em perdas expressivas. Para o autor, em um cenário econômico cada vez mais globalizado e dinâmico, torna-se essencial empregar mecanismos de identificação e controle de riscos, a fim de preservar o valor da empresa e assegurar a continuidade de suas operações.

Ainda de acordo com Assaf Neto (2010), a evolução da complexidade do ambiente financeiro exige do gestor uma postura técnica e proativa frente ao risco. Como o risco é inerente às atividades empresariais, sua mensuração deve combinar métodos quantitativos, que fornecem precisão nos cálculos, e métodos qualitativos, que possibilitam compreender aspectos subjetivos do mercado. Assim, segundo o autor, políticas financeiras estruturadas e voltadas à proteção do capital tornam-se fundamentais para reduzir incertezas e fortalecer a tomada de decisão.

Gitman (2010), amplia essa discussão ao destacar que a administração dos riscos financeiros é determinante para a estabilidade das organizações. Ele ressalta que a capacidade de honrar compromissos e manter lucros sustentáveis depende de uma gestão eficiente desses riscos. Entre os fatores de maior relevância, o autor cita o risco de crédito, ligado à inadimplência, e defende que sua mitigação requer uma estrutura de capital planejada e práticas adequadas de controle.



Segundo o mesmo autor, a gestão do risco não deve se limitar ao reconhecimento de sua existência. Gitman (2010) argumenta que é necessário integrá-lo a estratégias consistentes de mitigação, como políticas preventivas, análise criteriosa de crédito e diversificação de investimentos. Desse modo, o autor reforça que a adoção dessas práticas favorece não apenas a redução de perdas financeiras, mas também a construção de uma base sólida para o crescimento organizacional a longo prazo, contribuindo para maior competitividade e resiliência frente às incertezas do mercado.

Tais medidas, quando associadas a uma estrutura de capital sólida, permitem às organizações enfrentar com maior robustez os efeitos de um mercado globalizado e volátil (GITMAN, 2010).

Damodaran (2011), acrescenta que a administração eficaz do risco financeiro envolve três dimensões centrais: identificação, mensuração e controle. Para o autor, o risco deve ser tratado como um elemento que pode ser gerido estrategicamente, e não apenas como uma ameaça. Nesse sentido, quando integrado ao planejamento estratégico, o gerenciamento de riscos contribui para otimizar recursos, reduzir incertezas e promover estabilidade mesmo diante de variáveis externas inesperadas.

Portanto, observa-se que os diferentes autores convergem ao afirmar que a gestão de riscos financeiros é indispensável para a sustentabilidade e o crescimento organizacional. Ao adotar práticas que combinem identificação, avaliação e mitigação, as empresas não apenas se protegem contra perdas, mas também ampliam sua capacidade de explorar oportunidades em um ambiente cada vez mais competitivo e em constante transformação.

2.2 Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito surgiram como alternativa ao sistema financeiro tradicional, oferecendo serviços financeiros a pessoas e comunidades com acesso limitado a bancos. Segundo Pinheiro (2003, p. 15), “as cooperativas de crédito permitem que indivíduos e pequenos produtores tenham acesso a crédito de forma democrática”. No Brasil, o modelo começou a se estruturar no início do século XX e foi regulamentado conforme art. 4º da Lei nº 5.764/1971, “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (BRASIL, 1971).



Dessa maneira, as cooperativas de crédito se consolidam como instrumentos de inclusão financeira, promovendo o acesso a recursos financeiros e fortalecendo o senso de solidariedade e autonomia econômica entre seus membros, distinguindo-se do modelo bancário tradicional ao priorizar o benefício coletivo sobre o lucro individual.

O funcionamento das cooperativas de crédito ocorre em três níveis: singulares, centrais e confederações. Conforme o Banco Central do Brasil (2023, p. 8), as singulares operam diretamente com os associados; as centrais prestam suporte administrativo; e as confederações representam o setor. Portanto, essa estrutura em níveis complementares assegura a eficiência operacional e a uniformidade de processos, fortalecendo a atuação das cooperativas de crédito como instrumentos de desenvolvimento econômico e social em todo o país.

Um diferencial importante das cooperativas é a gestão democrática, em que cada associado possui um voto, independentemente do capital investido. De acordo com NDMAIS (2024), “a gestão democrática e o foco na comunidade conferem vantagens competitivas frente aos bancos convencionais”. Além disso, as cooperativas oferecem serviços personalizados e taxas de juros mais competitivas, atraindo pequenos e médios empreendedores.

O crescimento das cooperativas de crédito tem sido expressivo nos últimos anos. Conforme Cooperativismo de Crédito (2025, p. 3), em 2024 os ativos totais do setor atingiram R\$ 803,81 bilhões, refletindo a confiança dos associados. Esse crescimento evidencia a consolidação das cooperativas como alternativa sólida frente aos bancos tradicionais. Assim, o aumento contínuo dos ativos e da participação dos associados demonstra a estabilidade do setor e também o reconhecimento das Cooperativas de Crédito como uma opção viável e confiável no cenário financeiro brasileiro.

Além de inclusão financeira, as cooperativas de crédito impactam a economia local. Jacques (2021, p. 22) destaca que elas atendem a mais de 57% dos municípios brasileiros, alcançando cerca de 17,3 milhões de associados. Essa atuação contribui para o aumento da renda, estímulo ao empreendedorismo e geração de empregos, fortalecendo o desenvolvimento regional.



2.3 Lei 5.764 rege as Cooperativas de Créditos

A Lei nº 5.764/1971, sancionada em 16 de dezembro de 1971, define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas no Brasil. De acordo com o Portal do Cooperativismo de Crédito (2024), a lei estabelece as diretrizes para a constituição, organização e funcionamento das cooperativas, incluindo as de crédito. Essa legislação visa proporcionar um ambiente jurídico seguro e transparente para o desenvolvimento do cooperativismo no país.

Dessa forma, a Lei nº 5.764/1971 constitui um marco regulatório fundamental, ao fornece diretrizes claras para a constituição e funcionamento das cooperativas, assegurando um ambiente jurídico seguro e transparente. Essa base legal fortalece simultaneamente a confiança dos associados e investidores, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável e estruturado do cooperativismo de crédito no Brasil, consolidando-o como uma alternativa sólida ao sistema financeiro tradicional.

A lei estabelece princípios fundamentais que orientam as cooperativas, como adesão voluntária, gestão democrática e finalidade social. Conforme o Sebrae (2025), as cooperativas devem operar com base na solidariedade, autogestão e benefício mútuo, diferenciando-se das sociedades empresariais tradicionais. Esses princípios asseguram que as cooperativas de crédito atendam às necessidades financeiras de seus associados de forma ética e transparente.

Além disso, a Lei nº 5.764/1971 define a estrutura organizacional das cooperativas, estabelecendo a obrigatoriedade de assembleia geral, conselho de administração e conselho fiscal. Segundo o Portal Gov.br (2020), essas estruturas são essenciais para garantir a governança eficiente e a proteção dos interesses dos associados. A legislação também prevê a criação de cooperativas singulares, centrais e confederações, permitindo uma organização hierárquica que facilita a gestão e expansão das atividades cooperativas.

Por fim, a lei estabelece a fiscalização e supervisão das cooperativas, atribuindo ao poder público a responsabilidade de assegurar o cumprimento das normas legais.

Conforme o Portal do Cooperativismo de Crédito (2024), o Banco Central do Brasil exerce a supervisão das cooperativas de crédito, garantindo que operem conforme a legislação vigente e atendam aos requisitos prudenciais. Essa supervisão é fundamental para manter a estabilidade e confiança no sistema financeiro cooperativo.



2.4 Responsabilidade dos Cooperados

A responsabilidade dos cooperados é um aspecto central para a sustentabilidade das cooperativas de crédito, uma vez que cada associado impacta diretamente o desempenho financeiro e operacional da instituição. Rocha (2020, p. 45) observa que a atuação responsável dos cooperados contribui para a segurança e continuidade das cooperativas, destacando que o engajamento individual fortalece o coletivo.

Além da responsabilidade financeira, os cooperados têm papel ativo na governança democrática das cooperativas. Souza e Lima (2019, p. 38) afirmam que “cada associado deve exercer seu voto de forma consciente, assumindo compromissos relacionados às decisões coletivas”. Essa participação garante que as decisões refletem o interesse do grupo, promovendo equidade e transparência no processo decisório.

A contribuição para o capital social e o cumprimento das regras internas também fazem parte das responsabilidades dos cooperados. Fernandes (2021, p. 57) explica que os cooperados devem colaborar com recursos e seguir normas internas, respondendo proporcionalmente por eventuais prejuízos, o que incentiva prudência e proteção dos interesses do coletivo.

Dessa maneira, essas obrigações reforçam o compromisso individual com o bem-estar coletivo, assegurando que o funcionamento das cooperativas seja sustentável, equilibrado e baseado na responsabilidade compartilhada entre todos os associados.

A formação e o treinamento dos associados são essenciais para que compreendam suas responsabilidades. Santos (2022, p. 63) ressalta que “programas educativos aumentam o conhecimento dos cooperados sobre direitos, deveres e impactos de suas decisões”, reforçando a cultura de responsabilidade dentro da cooperativa.

Por fim, mecanismos de governança, como conselhos fiscais e auditorias internas, auxiliam no cumprimento das responsabilidades. Almeida (2020, p. 72) afirma que “instrumentos de controle interno asseguram que os cooperados cumpram suas obrigações e que a cooperativa funcione de maneira segura e transparente”, demonstrando a importância de combinar responsabilidade individual com supervisão organizacional.



2.5 Principais Riscos Financeiros nas Cooperativas de Crédito Agropecuário

As cooperativas de crédito agropecuário enfrentam diversos riscos financeiros que podem comprometer sua sustentabilidade e operação. Entre os desafios mais relevantes, destaca-se o risco de crédito, que se relaciona à possibilidade de inadimplência por parte dos associados, sobretudo devido à sazonalidade e vulnerabilidade inerentes às atividades agrícolas. Segundo dados do Cooperativismo de Crédito (2024), em 2023 a inadimplência das cooperativas junto a pessoas jurídicas atingiu 6,9%, enquanto para pessoas físicas foi de 5,2%. Esses dados evidenciam a necessidade de adoção de políticas de crédito rigorosas e de mecanismos de análise criteriosa, visando a redução de perdas e a preservação da saúde financeira das instituições.

Outro desafio significativo é o risco de liquidez, que se manifesta quando a cooperativa encontra dificuldades em honrar seus compromissos financeiros devido à escassez de recursos disponíveis. Conforme o Banco Central do Brasil (2024), em 2023 as despesas de captação representaram 43,5% do total das despesas das cooperativas singulares, evidenciando a complexidade da gestão de liquidez. Para mitigar esse risco, torna-se essencial que as cooperativas mantenham um planejamento eficiente dos fluxos de caixa e diversifiquem suas fontes de captação.

As cooperativas também estão expostas ao risco de mercado, relacionado às variações em indicadores econômicos, como taxas de juros e câmbio, que podem impactar diretamente seus ativos e passivos. Segundo o BR Cooperativo (2025), a regulamentação do setor exige que as cooperativas implementem políticas, procedimentos e controles internos capazes de gerenciar de forma integrada os riscos de crédito, de mercado, operacional e de liquidez. A gestão proativa desses riscos requer monitoramento constante e utilização de instrumentos financeiros adequados para proteção das instituições.

O risco operacional também merece destaque, considerando perdas oriundas de falhas em processos internos, sistemas, pessoas ou eventos externos. Conforme estudo publicado na Revista CRCSC (2025), a implementação de controles internos robustos e a capacitação contínua dos colaboradores são fundamentais para reduzir falhas operacionais e garantir a continuidade das atividades. Dessa maneira, as cooperativas conseguem manter a eficiência operacional e preservar a confiança dos associados.

Por fim, o risco climático constitui uma preocupação específica do setor agropecuário, pois eventos adversos como secas e chuvas intensas podem comprometer a



capacidade de pagamento dos produtores rurais. Segundo dados do Governo Federal (2025), ferramentas como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) auxiliam na prevenção e mitigação de impactos climáticos, permitindo o planejamento adequado do plantio conforme tipo de solo e ciclo das culturas. Incorporar essas análises nas decisões de crédito é essencial para reduzir vulnerabilidades e fortalecer a resiliência do setor.

Em síntese, a complexidade do ambiente financeiro e produtivo em que atuam as cooperativas de crédito agropecuário exige uma gestão integrada e estratégica dos riscos. Apenas por meio da implementação de políticas de crédito rigorosas, controles internos eficazes, utilização adequada de ferramentas contábeis e adoção de instrumentos de mitigação é possível garantir a sustentabilidade, a confiabilidade e o crescimento contínuo dessas instituições. A contabilidade, nesse contexto, se apresenta como ferramenta essencial para monitorar resultados, avaliar a saúde financeira e apoiar decisões estratégicas dentro das cooperativas, fortalecendo sua capacidade de enfrentar os desafios do setor agropecuário.

2.6 A Contabilidade na Identificação, Mensuração e Controle dos Riscos Financeiros

A contabilidade tem um papel crucial na identificação dos riscos financeiros enfrentados pelas empresas, sendo uma ferramenta essencial para monitorar as variáveis econômicas e financeiras que podem afetar a saúde da organização. Segundo Helfert (2006, p. 112), “os relatórios contábeis fornecem informações detalhadas que permitem a identificação de áreas de risco financeiro, como a variação nas taxas de juros e a inadimplência, possibilitando a tomada de decisões mais acertadas para mitigar impactos negativos”. Essas informações são fundamentais para que as empresas possam antecipar possíveis perdas financeiras.

A mensuração dos riscos financeiros através de indicadores contábeis proporciona uma visão detalhada da exposição da empresa a diferentes tipos de risco. De acordo com Iudícibus e Marion (2014, p. 85), “indicadores financeiros como a rentabilidade, a liquidez e o índice de endividamento permitem uma avaliação precisa da vulnerabilidade da empresa frente às oscilações do mercado e ao risco de inadimplência”. Esses índices são ferramentas essenciais para a mensuração e controle dos riscos financeiros, possibilitando uma gestão mais eficiente e fundamentada.



No controle dos riscos financeiros, a contabilidade se torna fundamental ao possibilitar a implementação de estratégias de mitigação eficazes. Como afirmam Zdanowicz e Lima (2017, p. 129), “a contabilidade gerencial fornece informações cruciais que permitem a implementação de estratégias de proteção contra riscos, como o uso de derivativos e operações de hedge, garantindo maior segurança financeira”. A contabilidade, assim, não só contribui para identificar e mensurar os riscos, mas também facilita a adoção de soluções práticas para mitigar impactos adversos.

Portanto, a contabilidade desempenha um papel estratégico na gestão de riscos financeiros, oferecendo ferramentas para identificar, medir e controlar os riscos que uma organização pode enfrentar. Ao utilizar adequadamente os relatórios financeiros e a análise dos indicadores contábeis, as empresas podem tomar decisões informadas, protegendo sua estabilidade financeira e garantindo maior sustentabilidade a longo prazo.

2.7 Qualidade de Informações Contábeis e Indicadores Financeiro

A gestão eficiente de riscos financeiros nas cooperativas de crédito agropecuárias depende diretamente da qualidade das informações contábeis e do uso sistemático de indicadores financeiros. Tais indicadores funcionam como instrumentos estratégicos que permitem aos gestores monitorar a situação financeira, avaliar a capacidade de pagamento dos associados e identificar antecipadamente possíveis vulnerabilidades. Dessa forma, a contabilidade deixa de ser apenas um registro formal de operações e torna-se um instrumento analítico, fornecendo dados essenciais para tomada de decisão (Petry, 2018).

Entre os principais indicadores financeiros utilizados no setor, destacam-se: o índice de inadimplência, que mede a proporção de créditos não pagos em relação ao total concedido; o índice de liquidez corrente, que indica a capacidade da cooperativa de honrar seus compromissos de curto prazo; a margem operacional, que evidencia a eficiência da operação em gerar resultados positivos; e o índice de endividamento, que demonstra o grau de alavancagem financeira da instituição (Teixeira, 2020). Esses indicadores permitem aos gestores realizar análises detalhadas sobre o comportamento financeiro da cooperativa, possibilitando ajustes proativos nas políticas de concessão de crédito, na administração de recursos e no planejamento estratégico.



Além disso, o uso contínuo de indicadores financeiros padronizados possibilita a comparação temporal e entre unidades, tornando mais eficaz a avaliação do desempenho econômico e a detecção de tendências que podem representar riscos. Por exemplo, o acompanhamento constante da liquidez imediata e do índice de cobertura de provisões ajuda a antecipar situações de falta de recursos, permitindo que medidas corretivas sejam aplicadas antes que se tornem problemas críticos (De Gregori, 2014).

Indicadores como Retorno sobre Ativos (ROA) e Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE) também fornecem informações valiosas sobre a eficiência econômica da cooperativa, permitindo avaliar se os recursos estão sendo utilizados de forma rentável. Essa análise auxilia na mitigação do risco sistemático, pois revela desequilíbrios financeiros que poderiam comprometer a sustentabilidade da cooperativa a médio e longo prazo (Petry, 2018).

Adicionalmente, a integração entre informações contábeis confiáveis e indicadores financeiros possibilita a projeção de cenários e simulações de risco, fortalecendo o processo de planejamento estratégico. A contabilidade, aliada aos indicadores, permite que gestores construam modelos preditivos de inadimplência, avaliem a exposição a flutuações de mercado e identifiquem oportunidades de otimização dos recursos financeiros. Esse monitoramento contínuo contribui significativamente para a redução de perdas financeiras, aumento da confiabilidade da cooperativa junto aos associados e manutenção da estabilidade do sistema cooperativo (Teixeira, 2020; De Gregori, 2014).

Em síntese, os indicadores financeiros, quando fundamentados em informações contábeis de alta qualidade, transformam-se em ferramentas essenciais para a gestão de riscos nas cooperativas de crédito agropecuárias. Eles permitem o acompanhamento detalhado do desempenho econômico, fornecendo suporte para decisões estratégicas, mitigando riscos de crédito, liquidez e mercado, garantindo assim a sustentabilidade e o desenvolvimento contínuo dessas instituições.

2.8 Práticas Contábeis na Estabilidade e Sustentabilidade Financeira das Cooperativas de Crédito Agropecuárias

A estabilidade e sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito agropecuárias dependem de práticas contábeis adequadas que garantam uma gestão eficaz dos recursos e o cumprimento das normas fiscais. A contabilidade, além de ser uma ferramenta de



controle e análise financeira, proporciona a transparência necessária para que as cooperativas possam tomar decisões informadas e estratégias que assegurem sua continuidade. Segundo Martins (2017), "a contabilidade é um instrumento estratégico que possibilita uma gestão eficiente dos recursos e a tomada de decisões financeiras informadas", o que é crucial em um setor tão vulnerável como o agropecuário, onde fatores climáticos e flutuações no mercado podem afetar a sustentabilidade financeira.

A gestão das cooperativas agropecuárias envolve o controle rigoroso das receitas, despesas e o fluxo de caixa, sendo essencial para a eficiência operacional e a superação dos desafios característicos do setor. De acordo com Goulart e Silva (2016), "a prática contábil eficaz permite que as cooperativas analisem detalhadamente seus custos operacionais e ajustem suas estratégias financeiras, contribuindo para o seu desenvolvimento e sustentabilidade". A contabilidade gerencial tem um papel importante, pois auxilia os gestores na avaliação das finanças da cooperativa, o que facilita a implementação de políticas financeiras mais eficazes, além de melhorar o uso dos recursos disponíveis.

Além disso, a transparência nas informações contábeis é fundamental para a confiança dos cooperados e investidores. Leal e Pinto (2019) destacam que "a divulgação clara e precisa das informações contábeis é uma das formas de garantir a sustentabilidade das cooperativas, pois reforça a confiança e fomenta a atração de novos cooperados e recursos financeiros". A transparência não só contribui para o fortalecimento das relações internas, mas também é um requisito regulatório, visto que as cooperativas de crédito agropecuárias devem seguir as normas estabelecidas pelo Banco Central para garantir a integridade das operações financeiras.

Por fim, a adoção de normas contábeis internacionais, como as IFRS (International Financial Reporting Standards), proporciona uma maior transparência nas operações e facilita a captação de recursos financeiros, além de garantir a comparabilidade das informações. Martins (2017) reforça que "o alinhamento com as normas internacionais fortalece a governança corporativa das cooperativas e contribui para a manutenção de sua credibilidade frente a investidores e reguladores". Dessa forma, as boas práticas contábeis não só asseguram a conformidade legal, mas também garantem o fortalecimento financeiro e a competitividade das cooperativas.

Em resumo, as práticas contábeis são essenciais para garantir a estabilidade e sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito agropecuárias. Elas asseguram a



transparência, permitem o controle financeiro e contribuem para uma gestão estratégica eficaz, essencial para o enfrentamento dos desafios econômicos do setor agropecuário.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse Artigo foi elaborada com base em procedimentos sistemáticos que garantem a coerência e a validade da pesquisa científica. Adotou-se uma abordagem qualitativa do tipo bibliográfica, tendo como objetivo analisar, a partir de referenciais teóricos, conceitos e estudos já existentes sobre o tema.

Segundo Severino (2013, p. 29), “a metodologia científica é a prática do método de pesquisa responsável por assegurar que o estudo seja inteligível, isto é, que possa ser verificado.” Essa definição destaca que a metodologia científica envolve a aplicação de métodos sistemáticos para garantir que a pesquisa seja clara e passível de verificação, essencial para a produção de conhecimento confiável.

Lakatos e Marconi (2017, p. 37) define metodologia como “estudo dos métodos, técnicas e procedimentos usados para obter o conhecimento. Ela orienta o pesquisador em cada etapa da investigação, determinando as estratégias adequadas à coleta e análise dos dados, garantindo que os resultados sejam válidos e confiáveis.”

Observa-se- se que metodologia não é apenas o processo de coleta de dados, mas também envolve a reflexão sobre como esses dados serão analisados e interpretados.

Dessa forma, pode-se afirmar que a metodologia é indispensável para o desenvolvimento de um artigo, pois é ela que determina as etapas e as técnicas que guiarão a investigação. Ao estabelecer os procedimentos necessários para a coleta e análise dos dados, a metodologia garante que a pesquisa seja conduzida de maneira estruturada e coerente. Sem uma metodologia adequada, a confiabilidade dos resultados fica comprometida, afetando a validade do estudo. Em resumo, a metodologia é crucial para a obtenção de resultados consistentes e a produção de conhecimento legítimo e robusto.



3.1 Pesquisa Qualitativa

Segundo Godoy (1995, p. 21), “a pesquisa qualitativa caracteriza-se por enfatizar a subjetividade como parte essencial do processo de conhecimento, valorizando o contexto e a interpretação dos dados. ”

Nesse contexto, entende-se que pesquisa qualitativa é um tipo de investigação que prioriza a compreensão do significado das ações e interações humanas dentro de seus contextos naturais, reconhecendo a importância da subjetividade no processo de análise.

Segundo Minayo (2001, p. 21), “Pesquisa Qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. ”

Nota-se que pesquisa qualitativa busca compreender a realidade a partir da perspectiva dos sujeitos, valorizando seus sentidos, crenças e experiências. Em vez de quantificar, ela interpreta e mergulha nos significados das ações humanas e das relações sociais.

Diante das definições apresentadas, conclui-se que a pesquisa qualitativa é essencial para a compreensão profunda dos fenômenos sociais, uma vez que valoriza os significados atribuídos pelos sujeitos em seus contextos de vida. Ao priorizar a subjetividade, interpretações e experiências individuais, esse tipo de investigação permite uma análise mais sensível e contextualizada da realidade, contribuindo de forma significativa para estudos nas áreas humanas e sociais.

3.2 Pesquisa Bibliográfica

Segundo Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. ”

Desse modo, a pesquisa bibliográfica é definida como uma investigação que utiliza fontes previamente publicadas, como livros e artigos científicos, para fundamentar teoricamente o estudo proposto.



De acordo com Oliveira (1994, p. 34), entende-se por pesquisa bibliográfica o “ato de fichar, relacionar, referenciar, ler, arquivar, fazer resumo com assuntos relacionados com a pesquisa em questão.”

Assim, a pesquisa bibliográfica envolve a coleta e organização sistemática de informações relevantes sobre o tema de estudo, permitindo ao pesquisador compreender o estado atual do conhecimento e identificar lacunas na literatura. Essa abordagem é essencial para fundamentar teoricamente o artigo científico e orientar futuras investigações.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme a metodologia adotada, caracterizada como pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, foi possível analisar a literatura sobre riscos financeiros, cooperativas de crédito e práticas contábeis no setor agropecuário. Fundamentada em procedimentos sistemáticos que asseguram validade e confiabilidade (Severino, 2013; Lakatos; Marconi, 2017), a abordagem permitiu compreender tanto os conceitos teóricos quanto as inter-relações entre gestão de risco, contabilidade e sustentabilidade financeira das cooperativas, valorizando a interpretação dos significados, valores e experiências dos sujeitos e oferecendo uma análise aprofundada do contexto brasileiro (Godoy, 1995; Minayo, 2001).

As cooperativas de crédito analisadas, conforme os dados de NDMAIS (2024) e Cooperativismo de Crédito (2025), apresentam uma estrutura organizacional clara, composta por unidades singulares, centrais e confederações, o que garante a padronização de processos e eficiência operacional. Essa configuração facilita a implementação de políticas financeiras consistentes, mitigando riscos de crédito, liquidez, mercado e operacionais, alinhando-se às recomendações de Gitman (2010) e Damodaran (2011), que enfatizam a necessidade de gestão estratégica do risco como elemento integrador da sustentabilidade organizacional.

A análise dos principais riscos financeiros evidencia que o risco de crédito, derivado da inadimplência dos cooperados, constitui um dos maiores desafios para a estabilidade das cooperativas. Os dados de 2023, indicados pelo Cooperativismo de Crédito (2024), mostram inadimplência de 6,9% em pessoas jurídicas e 5,2% em pessoas físicas, reforçando a importância de controles rigorosos e análise criteriosa de crédito. Esses resultados corroboram a perspectiva de Assaf Neto (2010) de que a identificação e o controle do risco são essenciais para preservar o valor da instituição e a continuidade das operações.



Outro ponto relevante identificado é o risco de liquidez, que evidencia a necessidade de planejamento eficiente do fluxo de caixa e diversificação das fontes de captação. Observou-se, conforme dados do Banco Central do Brasil (2024), que 43,5% das despesas das cooperativas singulares correspondem à captação, indicando a relevância de estratégias de mitigação que assegurem solvência em períodos de maior demanda por recursos. Esse cenário reflete as recomendações teóricas que destacam a importância de indicadores financeiros precisos para a tomada de decisão (Iudícibus; Marion, 2014).

A contabilidade mostrou-se ferramenta estratégica na gestão de riscos, conforme discutido por Helfert (2006) e Zdanowicz e Lima (2017), permitindo identificar, mensurar e controlar os riscos enfrentados pelas cooperativas. A análise de indicadores financeiros, como inadimplência, liquidez corrente, margem operacional e endividamento, evidencia que a utilização de métricas padronizadas permite comparações temporais e entre unidades, oferecendo suporte para ajustes proativos nas políticas de crédito e na gestão de recursos. Esses achados reforçam a perspectiva de Teixeira (2020) e De Gregori (2014), que associam a qualidade das informações contábeis à eficiência na gestão financeira.

A legislação vigente, especialmente a Lei nº 5.764/1971, fornece um marco regulatório que fortalece a governança e a sustentabilidade das cooperativas, garantindo transparência, supervisão adequada e princípios de adesão voluntária e gestão democrática (Portal do Cooperativismo de Crédito, 2024; Sebrae, 2025). Essa estrutura legal, aliada às práticas contábeis e à participação responsável dos cooperados, cria um ambiente propício para a mitigação de riscos e para o fortalecimento financeiro das instituições.

Em síntese, os resultados da análise bibliográfica demonstram que as cooperativas de crédito agropecuário conseguem conciliar inclusão financeira e estabilidade organizacional por meio da combinação de práticas contábeis estratégicas, gestão de risco estruturada e governança democrática. A comparação com as teorias de Assaf Neto (2010), Gitman (2010) e Damodaran (2011) mostra convergência entre os conceitos acadêmicos e os resultados observados na prática, indicando que a adoção de políticas financeiras rigorosas e o uso de indicadores contábeis confiáveis são determinantes para a sustentabilidade e o crescimento dessas cooperativas.



5 CONCLUSÃO

Ao analisar o papel da contabilidade nas cooperativas de crédito agropecuárias, constata-se que ela constitui um instrumento estratégico imprescindível para a gestão de riscos financeiros. A pesquisa realizada evidenciou que os principais riscos enfrentados pelas cooperativas — crédito, liquidez, mercado, operacional e climático — demandam monitoramento contínuo e a adoção de estratégias que possibilitem a mitigação de perdas e a preservação da saúde financeira das instituições.

Observa-se que a contabilidade fornece informações precisas e confiáveis, permitindo a identificação, mensuração e controle dos riscos de forma sistemática e fundamentada. Indicadores financeiros, tais como inadimplência, liquidez corrente, endividamento e margem operacional, fornecem subsídios essenciais para que os gestores antecipem problemas, ajustem políticas de crédito e alocação de recursos e implementem medidas corretivas quando necessário. Ademais, a análise contábil possibilita a realização de projeções de cenários e simulações de risco, fortalecendo o planejamento estratégico e a tomada de decisões fundamentadas.

A legislação vigente, em especial a Lei nº 5.764/1971, combinada à governança democrática das cooperativas e à responsabilidade compartilhada dos cooperados, cria um ambiente seguro e transparente, no qual as práticas contábeis podem ser plenamente aplicadas. Nesse contexto, verifica-se uma consonância entre os conceitos teóricos de gestão de riscos e contabilidade estratégica e sua aplicação prática, o que contribui para a resiliência organizacional e o desenvolvimento econômico regional.

Considerando os resultados obtidos e a questão central do estudo: Como a Contabilidade atua como instrumento estratégico na gestão de riscos financeiros em Cooperativas de Crédito Agropecuárias? Conclui-se que a contabilidade desempenha papel central, permitindo a identificação precisa das vulnerabilidades, a mensuração rigorosa dos impactos e o controle efetivo das operações. Dessa forma, assegura-se que as cooperativas possam operar de maneira sustentável, confiável e competitiva, fortalecendo a tomada de decisões estratégicas e promovendo a resiliência institucional frente às incertezas do ambiente econômico.



6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. G. Governança e gestão em cooperativas de crédito. São Paulo: Atlas, 2020.

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Modelo de negócios de cooperativas de crédito. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE083_Modelo_de_negocios_de_cooperativas_de_credito.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Panorama das cooperativas singulares do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/Panorama_Cooperativas_SNCC_FINAL_dez2024.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

BR COOPERATIVO. Gestão de riscos nas cooperativas de crédito. 2025. Disponível em: <https://brcooperativo.com.br/2025/06/gestao-riscos-cooperativas-credito/>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRITO, Mário José de; SOUSA, Ana Cláudia Ferreira de. Gestão de riscos em cooperativas de crédito: uma abordagem aplicada ao setor agropecuário. Revista Brasileira de Gestão Rural, v. 18, n. 3, p. 55–72, 2022.

CARVALHO, F. L. de; BIALOSKORSKI NETO, S. Indicadores de avaliação de desempenho econômico em cooperativas agropecuárias: um estudo em cooperativas paulistas. Organizações Rurais & Agroindustriais, 2008. Disponível em: ageconsearch.umn.edu.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Crescimento das cooperativas de crédito no Brasil. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2025/06/crescimento-das-cooperativas-de-credito-no-brasil/>. Acesso em: 21 set. 2025.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Desafios enfrentados pelas cooperativas de crédito em 2023. 2024. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2024/08/desafios-enfrentados-pelas-cooperativas-de-credito-em-2023/>. Acesso em: 29 set. 2025.

DAMODARAN, Aswath. Gestão estratégica do risco: uma referência para a tomada de riscos corporativos. Porto Alegre: Bookman, 2011.

DE GREGORI, C. B. Análise econômico-financeira de uma cooperativa agropecuária: um estudo de caso. Anais do Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2014. Disponível em: fag.edu.br.

FERNANDES, L. M. Cooperativismo financeiro: desafios e práticas de responsabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 2021.



FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE. Cade aprova medida que paralisa união Sanofi-Medley. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u585854.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GOVERNO FEDERAL. Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC). 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/programa-nacional-de-zoneamento-agricola-de-risco-climatico>. Acesso em: 29 set. 2025.

JACQUES, E. R. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/M8BYFxtzZBpg8Bj6qKvTB7C/>. Acesso em: 21 set. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

NDMAIS. Cooperativas financeiras: como funcionam e por que estão crescendo no Brasil. Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia/cooperativas-financeiras-como-funcionam-e-por-que-estao-crescendo-no-brasil/>. Acesso em: 21 set. 2025.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Anuário do cooperativismo brasileiro 2023. Brasília: OCB, 2023. Disponível em: <https://www.ocb.coop.br>. Acesso em: 26 ago. 2025.

PETRY, M. A importância da contabilidade para a gestão financeira das cooperativas de crédito agropecuárias. Revista Contabilidade & Finanças, 2018. Disponível em: Revista Tópicos.

PINHEIRO, M. A. H. Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003.

PONTALTI, R. Riscos financeiros nas cooperativas de crédito: análise do risco de crédito e eficiência técnica. ConTexto, v. 12, n. 1, p. 100-120, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/download/122531/88458/566257>. Acesso em: 29 set. 2025.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Lei nº 5.764/1971. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/legislacao-e-gestao/lei-5-7641971/>. Acesso em: 21 set. 2025.



PORTAL GOV.BR. Capítulo XVII - Sociedades Cooperativas 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/ecf/perguntas-e-respostas-pessoa-juridica-2021-arquivos/capitulo-xvii-sociedades-cooperativas-2021.pdf>. Acesso em: 21 set. 2025.

RAMOS, F. O impacto do cooperativismo e associativismo na produção agropecuária familiar no Brasil. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/1f7fe543-3aa2-467c-8722-6939542e0295/download>. Acesso em: 29 set. 2025.

REVISTA CRCSC. Gestão do risco operacional em cooperativas de crédito. 2025. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3536>. Acesso em: 29 set. 2025.

ROCHA, P. S. Cooperativas de crédito e sustentabilidade financeira. Curitiba: Juruá, 2020.

SANTOS, A. L. Educação cooperativista e governança. Porto Alegre: Penso, 2022.

SEBRAE. Cooperativismo tem tradição forte no Brasil. Brasília: SEBRAE, 2022.

SEBRAE. Conheça as normas que regem as cooperativas. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-as-normas-que-regem-as-cooperativas>. Acesso em: 21 set. 2025.

SILVA, A.; SOUZA, B.; PEREIRA, C. Desempenho das cooperativas de crédito brasileiras: gestão de riscos e sustentabilidade financeira. Revista de Administração Moderna, v. 15, n. 3, p. 45-62, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/gv8jtmTShyVDhNzwcKRgDzj/>. Acesso em: 29 set. 2025.

SOUZA, D.; LIMA, F. Gestão democrática em cooperativas de crédito. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

TEIXEIRA, I. C. Um estudo de risco das cooperativas de crédito brasileiras: a relação dos indicadores contábeis do sistema PEARLS com o risco das cooperativas. Revista CRC SC, 2020. Disponível em: [revista.crcsc.org.br](https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3536).

Relatório do Software Anti-plágio CopySpider

Para mais detalhes sobre o CopySpider, acesse: <https://copyspider.com.br>

Instruções

Este relatório apresenta na próxima página uma tabela com o resumo da análise do CopySpider. Cada linha associa o conteúdo do arquivo de entrada com um documento encontrado na internet (para "Busca em arquivos da internet") ou do arquivo de entrada com outros arquivos em seu computador (para "Pesquisa em arquivos locais").

A quantidade de termos comuns representa um fator utilizado no cálculo de similaridade dos arquivos. Quanto maior a quantidade de termos comuns, combinada com o agrupamento desses termos, maior a similaridade entre os arquivos.

No início de cada comparação entre arquivos, encontram-se um resumo numérico dos resultados:

- Arquivo 1: <nome do arquivo> (<Ni> termos)
- Arquivo 2: <nome do arquivo> (<Nc> termos)
- Termos comuns: <N>
- Similaridade:
 - * Índice antigo (S): <x> %
 - * Índice novo (Si): <y> %
 - * Agrupamento (Sg): <Alto|Moderado|Baixo>

No texto do documento, os termos em comum são marcados em cores diferentes:

- **Amarelo**: quando são considerados no cálculo do Novo Índice de Semelhança (Si) e;
- **Vermelho**: quando estão agrupados e fazem parte do Índice de Agrupamento (Sg).

Os termos marcados em amarelo são comuns entre os documentos, mas, por não estarem agrupados, tendem a não caracterizar cópia. Os termos marcados em vermelho também são comuns e têm maior chance de serem interpretados como cópia.

É importante destacar que a classificação da semelhança como Alta, Moderada e Baixa não representa um "índice de plágio". Por exemplo, documentos que citam de forma direta (transcrição) outros documentos, podem ter uma similaridade Alta e ainda assim não podem ser caracterizados como plágio. Há sempre a necessidade do avaliador fazer uma análise para decidir se as semelhanças encontradas caracterizam ou não o problema de plágio ou mesmo de erro de formatação ou adequação às normas de referências bibliográficas.

Veja também:

[Analizando o resultado do CopySpider](#)

[Qual o percentual aceitável para ser considerado plágio?](#)

[Como interpretar os índices de semelhança?](#)

Versão do CopySpider: 3.5

Relatório gerado por: isabella_1106@hotmail.com

Análise no modo: Web/Normal (disponibilidade de 98.33%) em 25:50 s

Idioma da busca: Português

| Arquivos | Termos comuns | Semelhança | Agrupamento |
|--|---------------|------------|-------------|
| TCC II - ARTIGO LARISSA MARTINS.doc | 547 | Moderada | Baixo |
| X www.sicoob.com.br/documents/20128/237743090/Relatorio_Sustentabilidade_2024.pdf | | | |
| TCC II - ARTIGO LARISSA MARTINS.doc | 351 | Baixa | Moderado |
| X www.passeidireto.com/arquivo/87270947/aspectos-legais-e-tributarios-nas-sociedades-de-cooperativas-de-credito | | | |
| TCC II - ARTIGO LARISSA MARTINS.doc | 186 | Baixa | Moderado |
| X revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/download/3025/2215/9592 | | | |
| TCC II - ARTIGO LARISSA MARTINS.doc | 95 | Baixa | Moderado |
| X www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm | | | |
| TCC II - ARTIGO LARISSA MARTINS.doc | 34 | Baixa | Moderado |
| X ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4109 | | | |
| TCC II - ARTIGO LARISSA MARTINS.doc | 433 | Baixa | Baixo |
| X repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4281/1/5_Livro_Governanca_Gestao_de_Riscos_e_Integridade.pdf | | | |
| TCC II - ARTIGO LARISSA MARTINS.doc | 389 | Baixa | Baixo |
| X bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_condicoes_atencao_primaria_saude.pdf | | | |
| TCC II - ARTIGO LARISSA MARTINS.doc | 338 | Baixa | Baixo |
| X educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/917334/2/Estudo_Eficiente_Inova%C3%A7%C3%A3o_Efici%C3%A3ncia_e_Crescimento.pdf | | | |
| TCC II - ARTIGO LARISSA MARTINS.doc | 312 | Baixa | Baixo |
| X www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-1112005-165509/publico/DaviCosta.pdf | | | |
| TCC II - ARTIGO LARISSA MARTINS.doc | 263 | Baixa | Baixo |
| X teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-28042008-113531/publico/FlavioLeoneCarvalho.pdf | | | |

Arquivos com problema de download

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-contabilidade-e-o-controle-de-suas-atividades-financeiras%2C4b59de3be9952810VgnVCM100000d701210aRCRD> - Não foi possível baixar o arquivo. É recomendável baixar o arquivo manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos). - Tipo do



arquivo não identificado; [csu] timeout

https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/Panorama_Cooperativas_SNC_C_FINAL_dez2024.pdf - Não foi possível baixar o arquivo. É recomendável baixar o arquivo manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos). - (22) The requested URL returned error: 403

<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/202510/RELESTAB202510-refPub.pdf> - Não foi possível baixar o arquivo. É recomendável baixar o arquivo manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos). - (22) The requested URL returned error: 403

Arquivos com problema de conversão

https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/sites/conexao-ambiental/arquivos_restritos/files/documento/2018-11/sustentabilidade_vol3.pdf - Não foi possível converter o arquivo. É recomendável converter o arquivo para texto manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos).: Erro ao tentar converter: Page tree root must be a dictionary

https://portal.tcu.gov.br/data/files/21/96/61/6E/05A1F6107AD96FE6F18818A8/Referencial_basico_gestao_riscos.pdf - Não foi possível converter o arquivo. É recomendável converter o arquivo para texto manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos).: Erro ao tentar converter: Missing root object specification in trailer.

=====

Arquivo 1: TCC II - ARTIGO LARISSA MARTINS.doc (5389 termos)

Arquivo 2: www.sicoob.com.br/documents/20128/237743090/Relatorio_Sustentabilidade_2024.pdf
(47299 termos)

Termos comuns: 547

Similaridade

Índice antigo (S): 1,04%

Índice novo (Si): 10,15%

Agrupamento (Sg): Baixo

O texto abaixo é o conteúdo do documento **Arquivo 1**. Os termos em vermelho foram encontrados no documento **Arquivo 2**. Id: f56eeabe027b0t0

=====

A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO PARA A GESTÃO DE RISCOS
FINANCEIROS EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO AGROPECUÁRIAS

Accounting as a Strategic Instrument for the Financial Risk Management in Agricultural Credit Cooperatives

Larissa Martins de Andrade _
Graduando em Ciências Contábeis pela UniEVANGÉLICA - GO _.

José Fernando Muniz Barbosa
Orientador (a) do Trabalho de Conclusão de Curso ?GO